

A paralisação do Estado*

IGNÁCIO RANGEL

Recebi e li com interesse a suculenta conferência que você pronunciou em maio sobre “A Política Econômica Endógena” ou a imobilização do Estado. Pena é que não haja ainda no Brasil clima para uma polêmica que desenvolvesse as teses centrais nela formuladas, notadamente a tese central por excelência, a saber: “De um lado, a crise imobiliza o Estado e, de outro, a imobilização do Estado impede a solução da crise”.

Não que acredite que essa tese possa sobreviver a uma polêmica como o sugerido. Ao contrário ela poria em evidência o fato de que no estágio alcançado pelo nosso presente pacto de poder — como nos estágios semelhantes dos precedentes pactos de poder — a paralisação progressiva do Estado surge como pré-condição para a superação da crise, dado que, objetivamente, o Estado usa todo o seu declinante poder para *bloquear* as medidas superadoras da crise, não para *promovê-las*. Isto aconteceu nas crises que precederam a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 30.

Na espécie presente, enquanto o Estado tiver alguma margem de manobra, ele prosseguirá no caminho da expansão do endividamento externo, do aumento da carga fiscal, da preservação dos sagrados direitos do latifúndio, da sistemática sabotagem dos movimentos espontâneos da economia para a criação do novo e indispensável mercado de capitais, da manutenção das cidades no leito de Procusto que lhe fabricaram a indústria automobilística e a construção residencial, etc., etc.

Há por certo estágios nos quais o Estado se apresenta objetivamente como promotor de reformas e não como sustentáculo de instituições caducas, mas não estamos atravessando um desses estágios. Estes ocorrem subsequentemente aos terremotos sócio-econômicos como os citados. Basta ver o critério de escolha dos homens incumbidos de levar a cabo a política do Estado. Os escolhidos

* Carta enviada a Luiz C. Bresser Pereira, datada de 28 de junho de 1980.

não são homens, como você, que acredita no Estado, mas homens que demonstram incansavelmente não acreditar nele.

Como, apesar disso, eles acabam por promover as reformas — embora pré-intencional, inintencional ou mesmo antiintencionalmente — isto já é outro capítulo que, no nível atual do nosso debate, nem é possível esboçar, porque estaríamos propondo respostas a questões ainda por formular. Em todo caso, tua abordagem do problema é fecunda porque nos convida a descer à *essência* da realidade objetiva, ao invés de continuarmos a brincar com a extrapolação de epifenômenos — a taxa de inflação, o endividamento externo *versus* receita cambial, a carga fiscal *versus* PIB, etc.